



SEÇÃO: DOSSIÊ - SOCIOLOGIA DAS ELITES POLÍTICAS

O perfil do político profissional durante a ditadura (1967-1982): análise do *background* social e carreira dos deputados federais da Arena e do MDB

Professional politician profile during the dictatorship (1967-1982): social background and career analysis of the federal deputies of Arena and MDB

Taiane Fabiele da Silva
Bringhenti¹

orcid.org/0000-0003-3818-5672
taiane.bringhenti@edu.pucrs.br

Recebido em: 9 dez. 2021.

Aprovado em: 5 abr. 2022.

Publicado em: 8 ago. 2022.

Resumo: Este trabalho investiga o perfil político profissional daqueles que atuaram como deputados federais durante a última experiência autoritária no Brasil (1964-1985), que foi marcada por um cenário de grande instabilidade e incerteza quanto à manutenção da carreira política. Para tanto, analisa-se os dados biográficos dos eleitos/suplentes pelas legendas Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerando as legislaturas de 1966, 1970, 1974 e 1978. Ao todo são 1.703 casos que compõem o banco de dados, considerando 22 variáveis. A abordagem metodológica utilizada é a quantitativa, com aplicação de análise de correspondência múltipla e análise de conglomerado. Como resultado, foram encontrados quatro perfis de políticos profissionais, que se distinguem principalmente pelos traços de carreira política. Os dados sociológicos não indicaram uma contribuição significativa na identificação dos perfis, sendo a maioria de homens, brancos, com média de idade entre 40-50 anos e com alto gradual de escolaridade.

Palavras-chave: Background social. Carreira Política. Perfil político profissional. Aliança Renovadora Nacional. Movimento Democrático Brasileiro.

Abstract: This paper investigates the professional political profile of those who acted as Federal Deputies during the last authoritarian experience in Brazil (1964-1985), which was marked by a scenario of great instability and uncertainty regarding the maintenance of a political career. Therefore, the biographical data of the elected/alternate members are analyzed by the subtitles created in 1965, Aliança Renovadora Nacional (Arena) and the Brazilian Democratic Movement (MDB), considering the legislatures of 1966, 1970, 1974 and 1978. In all, there are 1,703 cases that make up the database, considering 22 variables. The methodological approach used is quantitative, with the application of multiple correspondence analysis and cluster analysis. As a result, four profiles of professional politicians were found, mainly distinguished by their political career traits. Sociological data did not indicate a significant contribution in the identification of the profiles, with the majority of men, white, with a mean age between 40-50 years and with a gradual high level of education.

Keywords: Social background. Political Career. Professional political profile. Aliança Renovadora Nacional. Movimento Democrático Brasileiro.

Introdução

A última experiência autoritária (1964-1985)² é um tema recorrente na Ciência Política que de início recorreu a classificações e modelos explicativos para entender aquela realidade específica. Inclusive, foi a



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² Este artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

partir das lentes dos politólogos que o período começou a conquistar espaço entre as pesquisas acadêmicas, estabelecendo uma linha de estudos que se tornou preponderante durante as primeiras aproximações com o assunto.³ Essa primeira fase de estudos foi marcada pela necessidade de responder questões-chave para o funcionamento institucional, afinal o golpe de 1964 desestabilizou a vida política e social no país, fato que se refletiu também nas universidades e nos centros de pesquisa, estimulando a reflexão por parte dos pesquisadores do momento histórico em que se encontravam. E, dentre as principais preocupações, prevaleciam questionamentos sobre a singularidade do caso brasileiro, a necessidade de um modelo explicativo que desse conta dos regimes latino-americanos e a organização e situação dos militares que tomaram o poder em 1964.⁴

As interrogações introduzidas a partir da década de 1970 ainda pairam sobre a temática, todavia, com o desenvolvimento do campo investigativo, juntamente da crescente disponibilidade de fontes e de metodologias para a análise política, foi possível a incorporação e a valoração de outros objetos e argumentos que garantiram um significativo avanço sobre o que se sabe em relação: às legendas Arena e MDB; ao poder executivo; ao papel da oposição armada; aos aparelhos repressivos do estado; à espionagem e à transição para um regime democrático.

Conquanto, por mais próspero que tenha sido o desenvolvimento da análise dos anos de ditadura no campo disciplinar da Ciência Política, ainda existem caminhos a serem explorados e lugares desconhecidos que podem permitir alumbrar tópicos para além dos cânones já definidos. Como ponderam Carvalho (2008) e Costa e Codato (2011), no que concerne aos estudos sobre perfil político e social da elite parlamentar, são poucos os pesquisadores que se aventuram a investigar as características do pessoal político, e essa avaliação também pode ser estendida

se considerado aqueles que foram atuantes durante a ditadura. Dessa forma, o presente artigo procura contribuir para essa lacuna investigativa, assistindo para a compreensão e a identificação dos critérios de seleção, recrutamento e escolha daqueles que possuíram uma posição privilegiada no processo interno de organização e produção legal da instituição parlamentar em âmbito nacional durante o bipartidarismo (1965-1979).

À vista disso, o presente estudo apresenta como questão de pesquisa: analisando a carreira política e o *background* social dos parlamentares que atuaram durante o bipartidarismo (1967-1982) é possível identificar o perfil (ou perfis) do político profissional que atuou sob o regime autoritário? Para tal, o objetivo será analisar o perfil dos sujeitos que alçaram a posição de Deputado Federal⁵ através das legendas criadas em 1965, Arena e MDB, considerando as legislaturas de 1966, 1970, 1974 e 1978. O estudo também priorizará a observação de padrões, proximidades e diferenças entre as 1.703 biografias sistematizadas no banco de dados.

Cabe destacar que ao considerar os DF como os medidores da investigação reputa-se a relevância que esses refletiram sobre a conjuntura política autoritária, porque puderam compartilhar de um espaço privilegiado com oportunidades e estruturas compatíveis com a manutenção da carreira, revelando, inclusive, amostras sobre as principais características da classe política (Rodrigues 2009). E, uma vez que as brechas do autoritarismo permitiram a manutenção da carreira, esses DF serão entendidos enquanto políticos profissionais de acordo com a definição de Alcântara (2016), que define essa categoria como alguém que chega a um cargo público através de um processo eletivo, relacionado às legendas partidárias, que possui uma dose de vocação que o leva a escolher esse tipo de atividade e recebe remuneração por essas funções, de forma que garanta a sua dedicação de tempo integral ou parcial.

³ Como por exemplo, os trabalhos de O'Donnell (1972 e 1985), Cardoso (1973), Santos (1979), Dreifuss (1981), Figueiredo (1993) e Sallun (1996).

⁴ Cf. Figueiredo (1993) e Fico (2001, 2004).

⁵ A partir daqui para referenciar deputado federal será utilizado DF e CD para Câmara dos Deputados.

Quanto à metodologia, utilizar-se-á uma abordagem quantitativa, priorizando um conjunto de técnicas e ferramentas estatísticas para a manipulação de casos e indicadores empíricos, tais como: análise de correspondência múltipla (para a visualização gráfica de similaridades e diferenças entre as variáveis mensuradas) e análise de conglomerado (para identificação dos perfis de políticos profissionais). As 22 variáveis analisadas relacionam dados de carreira (idade do primeiro cargo político, cargo inicial, cargos acumulados, filiação partidária, número de mandatos como Deputado(a) Federal e vínculos associativos) e *background* social (nome, idade que se elegeu durante a ditadura, cor/etnia, gênero, formação, profissão, região e estado).

Diante das implicações descritas, o presente artigo ficou estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento serão apresentados e discutidos os aspectos que influenciaram a carreira política durante o período de ditadura civil-militar⁶ na seção "A atividade política entre as brechas do autoritarismo", tendo em vista que o ambiente institucional no qual o político está inserido diz muito sobre como ele busca estruturar a sua carreira e, principalmente, sobre quem chega à política profissional (Borchert e Zeiss 2003). Em seguida, na seção "O perfil do político profissional durante o bipartidarismo" serão apresentadas as questões metodológicas, assim como o resultado de pesquisa. Por fim, são analisados os resultados, que evidenciam a existência de quatro perfis de políticos profissionais, que se distinguem principalmente, pelos traços de carreira política.

A atividade política entre as brechas do autoritarismo

O golpe civil-militar ocorreu em abril de 1964 e perdurou por 21 anos. E nesse extenso período de governos militares foram decretados 17 atos institucionais, que oportunizaram a legalização da ação dos militares para elaboração de normas e de regramentos a serem seguidos. Esses

decretos, além de fortalecer as prerrogativas do Executivo, afetaram diretamente o andamento e a dinâmica da política nacional, o que para Sá Motta (1996), revela que a intenção dos militares não era a implementação de uma "pura e simples" ditadura, mas sim promover uma depuração do quadro político e administrativo, e para isso "algumas das atitudes do novo governo apontavam neste sentido, inclusive a manutenção e funcionamento do Congresso Nacional e dos partidos" (Sá Motta 1996, 202).

Pouco tempo após o golpe veio o primeiro decreto, que inaugurou a fase de expurgos com a cassação de quarenta mandatos parlamentares. Fato que se repetiu em mais de um momento até 1985, chegando à soma de aproximadamente 100 parlamentares cassados, retirando do espaço político aqueles que não estavam de acordo com os limites demarcados pelo autoritarismo — alguns, além de perder os direitos políticos por 10 anos ainda foram processados com base na Lei de Segurança Nacional (Madeira 2002; Rollenberg 2006).

Dando seguimento a essas perturbações causadas pelos militares, em julho de 1965 é promulgada a nova lei orgânica de partidos políticos (Lei n. 4.740), assinada por Castello Branco. A nova legislação limitava o número de partidos e mantinha a formação partidária existente, ainda que por um curto período. Para Madeira (2002), essa decisão foi uma forma de garantir o enfraquecimento das forças oposicionistas, visto que os aliados não possuíam uma presença suficientemente numerosa para garantir "o respaldo necessário para aprovar as medidas apregoadas pelos militares" (Madeira 2002, 37). Na mesma medida, Grinberg (2009) ressalta que essa estratégia não tinha como finalidade eliminar por completo o sistema de disputa política, mas sim a diminuição do número de legendas, que tornaria mais fácil para os militares a formação de uma base coesa de apoio civil com a incorporação da elite política.

⁶ Aqui será utilizada a denominação de ditadura civil-militar para o período de vai de 1964 até 1985. Por tanto, ao mobilizar a compreensão do golpe como civil-militar, será no sentido de que os civis tiveram um papel essencial em 1964, como agentes históricos que apoiaram e solidificaram o movimento que era delineado e liderado pelos militares.

Todavia, como bem apontado pela literatura (Sá Motta 1996; Madeira 2002; Grinberg 2009;), essas alterações na configuração partidária não atenderam de forma precisa as necessidades do regime, abrindo caminho para uma decisão mais radical que extinguiu as antigas legendas e determinou uma nova formação partidária, através do Ato Institucional número dois (AI-2), em outubro de 1965. Posto isso, já no ano seguinte (1966) o Tribunal Superior Eleitoral atestou a existência do bipartidarismo, que foi o sistema político partidário que predominou até 1979, colocando de um lado a base de apoio aos militares formada pela Arena, e de outro, a oposição formada pelo MDB (Grinberg 2009). As novas legendas foram criadas de cima para baixo, obedecendo à pressão dos militares em acomodar a classe política em uma nova situação partidária. Com isso, a distribuição dos sujeitos que eram filiados aos antigos partidos não se deu de forma homogênea, onde muitos remanescentes do Partido Social Democrático (PSD) foram para Arena, assim como alguns udenistas abrigraram-se na oposição (Kinzo 1986; Madeira 2002).

A Arena foi formada por políticos provindos de partidos distintos, que viam nessa agremiação a possibilidade de aproximação com o centro de poder, como os remanescentes da União Democrática Nacional (UDN) e PSD — partidos menores como Partido Social Progressista (PSP), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Libertador (PL) também compuseram a legenda que, inclusive, contou com alguns dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entre os fundadores da Arena mesclavam-se nomes do Congresso Nacional e militares, como Eurico Gaspar Dutra e Antônio Fernandes Barbosa (Grinberg 2009).

Já na formação do partido de oposição, estavam os dissidentes do PTB e PSD, seguido dos partidos menores como Partido Democrata Cristão (PDC), Movimento Trabalhista Renovador

(MTR) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) e poucos nomes da UDN e um do PL (Paulo Brossard). Por ser uma legenda que nasce com o intuito de representar a oposição a um regime ditatorial, o MDB teve dificuldades na sua formação e estruturação (Kinzo 1986). E essa dificuldade se dava pelo temor dos parlamentares em se posicionar de modo contrário aos interesses do governo e assim ficar de fora do processo decisório e ter um grande alvo em suas costas para possíveis listas de cassações — no caso de qualquer discurso ou atitude que pudesse ser vista como “afrota” pelos militares, como ressalta Kinzo (1986).

Somado a esses fatores, também foi um obstáculo para a estruturação do MDB as seguidas listas de cassações que atingiam, principalmente, o partido, que aos poucos perdia seus principais líderes e membros do diretório municipal, tendo que recorrer à seguida renovação dos seus quadros organizativos (Kinzo 1986). Sendo assim, os emedebistas acabavam sofrendo de forma mais violenta aos ataques, perseguições e cassações do que os arenistas.⁷

Para encerrar essa discussão histórica, considerando os elementos que condicionaram a atuação e a escolha dos atores aqui investigados,⁸ cabe destacar o papel do ambiente legislativo para a sobrevivência do político profissional. Com a oferta de cargos sendo significativamente restrita durante a ditadura (os cargos de presidente e governador deixaram de ser escolhidos por eleição direta, outros como vereador e prefeito em área de segurança nacional deixaram de ser eletivos) restavam poucos caminhos para a atuação na política, o que tornou o ambiente legislativo uma opção factível para a continuidade da carreira — assumindo, inclusive, uma posição extremamente relevante e “significativamente maior que um contexto de normalidade democrática” (Madeira 2002, 52).

Pojo (2008) também reforça esse argumento

⁷ Estabelecida uma nova arena de disputas e competição, com a criação dos novos partidos, os cargos de DF, deputado estadual, senador e vereador continuaram sendo preenchidos via eleitoral e de maneira direta, oportunizando a continuidade da carreira política em uma situação adversa ao mecanismo representativo.

⁸ Até o fim da ditadura houve outros momentos e fatores que impactaram na vida política e social brasileira. No entanto, devido à limitação de espaço no presente texto, não puderam ser analisados e descritos nessa seção. À vista disso, cabe a enumeração de alguns deles, para fins investigativos: o Ato Institucional Número 5 (AI5), considerado um “segundo golpe” da ditadura; suspensão das atividades legislativas de dezembro de 1968 até 17 de outubro de 1969; e a Lei Falcão de 1976.

apontando que, apesar das prerrogativas do Congresso estarem bastante limitadas, esse espaço permaneceu como um importante “fórum” para a continuidade da política em nível nacional, uma vez que foi nesse ambiente que civis e militares se encontraram para a formulação de políticas e comissões que garantiram combustível à continuidade das funções legislativas.

Em síntese, entende-se que mesmo com as seguidas inferências autoritárias no processo interno da CD — como por exemplo, a introdução da fidelidade partidária; as novas regras de eleição das mesas diretoras; e as mudanças na distribuição de financiamentos (Carvalho 2018) — manteve-se a função que a CD oferecia aos possíveis candidatos ao cargo parlamentar, isto é: garantir a atividade política em meio ao ambiente de incerteza para aqueles que escolhiam a profissão política.

O perfil do político profissional durante o bipartidarismo

Notas metodológicas

A abordagem do presente estudo é quantitativa, com aplicação das técnicas de análise de correspondência múltipla (ACM) e análise de conglomerado, que serão utilizadas de forma complementar, uma vez que quando utilizadas em conjunto auxiliam para a identificação de padrões e grupos, aproximando as variáveis e tornando essas relações nítidas para leitura do pesquisador (Bertoncello 2016).

A ACM é descrita como uma das técnicas multivariadas para a leitura de similaridades e proximidades entre variáveis. Possui a capacidade de demonstrar aproximações entre casos que compartilham algum tipo de semelhança quanto aos valores categóricos, convergindo os conjuntos de características ou práticas sociais (Bertoncello 2016 e Vicini 2005). Através da ACM busca-se evidências do grau de relacionamento entre mais de duas variáveis (nominais) em uma tabela de correspondência. Já a Análise de Conglomerado, será utilizada como um complemento para a identificação dos grupos e perfis de políti-

cos profissionais que se aproximam — dado que as ferramentas de *cluster* auxiliam na organização e na separação de categorias, formando grupos relativamente homogêneos (Duval 2018).

O *cluster* pode assumir a forma de categorização hierárquica e não hierárquica, e aqui será mobilizada a forma de categorização não hierárquica através do *k-means cluster*, que não necessita de um tipo de pré-classificação, possuindo um algoritmo de mineração não supervisionado. E para aplicação dessa ferramenta, assim como a ACM, utiliza-se o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

As variáveis que compõem o banco de dados foram determinadas de acordo com os objetivos da pesquisa e são relacionadas com a finalidade de: (a) conhecer quem eram os políticos que ocuparam o cargo de DF; (b) observar as condições e os percalços desse grupo; (c) o modo como buscaram se dedicar à política de médio a longo prazo; e (d) os caminhos e posições que ocuparam ao longo da carreira. As variáveis são: idade do primeiro cargo político, cargo inicial, cargos acumulados, filiação partidária, número de mandatos como deputado(a) federal e vínculos associativos, idade que se elegeu durante a ditadura, cor/etnia, gênero, formação, profissão, região e estado.

Como fonte de pesquisa foram utilizadas aquelas que são clássicas para o estudo de elites políticas (Rodrigues 2009): o *site* da Câmara dos Deputados; e o dicionário histórico bibliográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Alto grau de influência da carreira para a identificação de grupos congruentes

Os resultados obtidos com a aplicação da ACM apontam para importantes indícios sobre os condicionantes que orbitam em torno do perfil político profissional que atuou sob regime civil-militar. A Tabela 1 apresenta a coexistência de grupos homogêneos e heterogêneos na dimensão, contendo o resumo do modelo aplicado:

TABELA 1 - RESUMO DO MODELO APLICADO NA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

Dimensão	Alfa de Cronbach (I)	Total	Inércia
1	0,677	2,601	0,200
Total	-	2,601	0,200
Contribuição	0,667	2,601	0,200

Fonte: elaborado pela autora.

O princípio de classificação foi de uma dimensão (eixo). A consistência interna medida pelo *Alfa de Cronbach (I)* apresentou um valor apropriado (os valores entre 0,6 e 0,9 são interpretados como satisfatórios), com o alfa em 0,677 e a inércia em 0,200, dessa forma considera-se que a aplicação dessa ferramenta representa um grau relevante de credibilidade.

A Tabela 2 indica o quanto cada indicador contribui na formação dos eixos (quanto maior o valor da correlação, maior o valor de contribuição da variável para a dimensão). As variáveis de carreira política são aquelas que mais se destacam na formação da dimensão, ou seja, são essas variáveis que melhor definem e caracterizam o perfil dos parlamentares.

TABELA 2 - MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

Variáveis	Dimensão 1	Contribuição
Região	0,066	0,066
Sexo	0,000	0,000
Cor/etnia	0,011	0,011
Idade	0,053	0,053
Educação Superior	0,171	0,171
Mais de uma graduação	0,056	0,056
Pós e especialização	0,058	0,058
Profissão agrupada	0,250	0,250
Partido (Arena ou MDB)	0,001	0,001
Cargo Inicial agrupado	0,745	0,745
Idade Inicial	0,413	0,413
Cargos ocupados	0,751	0,751
Mandatos	0,027	0,027
Legislatura (variável suplementar)	0,001	0,001
Total	2,601	2,601

Fonte: Elaborada pela autora.

O cargo que marcou o *debut* (Santos 2000) e a idade que essa iniciação aconteceu são as variáveis que melhor definem os casos analisados. Os parlamentares que tiveram iniciação como governador, vice-governador e senador possuem uma diferença significativa em relação a outros que construíram suas bases na esfera municipal e estadual para depois se lançar a um cargo federal, cumprindo tradicionalmente mandatos como prefeito, vereador e deputado estadual.

Esse dado reforça os achados da literatura sobre o tema, que ressalta a forma de construção de carreiras no Brasil (Miguel 2003).

Entre aqueles que possuíam passagens em cargos como governador e vice-governador, chama atenção a relação com vínculos associativos. Grande parte desses atores possuíam formação militar e vínculos familiares entre a elite política — irmão e pai são aqueles que mais aparecem como indicadores de relação. Em outra medida

os cargos até (que contabilizaram os mandatos acumulados até a eleição ao cargo de DF no bipartidarismo) representam 0,751 de contribuição à dimensão, marcando que as escolhas e as estratégias de carreira são fatores relevantes na definição de distâncias entre um perfil e outro.

Os dados sociológicos que mais representaram inferências sobre o perfil foram: diplomação (0,171) e origem-sócio-ocupacional (0,25). Por mais que essa variável tenha demonstrado tendência a grande variação e diversidade entre os casos, a profissão continua sendo uma das características mais "fortes" dos deputados e deputadas eleitas. Confirma-se a longa tendência já apontada pela literatura: a formação educacional possui um grande "peso" sobre os fatores constitutivos do político profissional (Santos 2000).

Para ficar mais claro o modo como os parlamentares foram classificados, apresenta-se um exemplo dos casos que habitam as extremidades da dimensão. O perfil dos parlamentares que estão com maior grau de distanciamento são Rubens Berardo Carneiro da Cunha, do MDB (posição -6,16) e Laerte Ramos Vieira também do MDB (posição 1,70). Natural de Recife, Rubens Berardo transferiu-se para o Distrito Federal ainda jovem, onde deu início a sua carreira política (Fundação Getúlio Vargas 2021). Com 40 anos foi eleito ao cargo de DF pelo PTB em 1954, seguindo no cargo por mais três mandatos até ser eleito vice-governador do estado da Guanabara em 1965 (permanecendo nessa posição até 1971). Com o bipartidarismo, ingressou no partido de oposição, sendo eleito a mais dois mandatos como DF. Já Laerte Ramos Vieira, de Santa Catarina, deu início à carreira política com 25 anos de idade sendo eleito ao cargo de vereador em 1950, pela cidade de Lajes, através da legenda UDN. Em 1962, é eleito ao cargo de DF, pelo mesmo partido, permanecendo neste cargo por mais um mandato (Fundação Getúlio Vargas 2021).

O percurso de carreira dos dois indivíduos se distancia pelo tempo de dedicação e pelo percurso. De um lado um perfil mais experiente, com passagens em cargos com maior prestígio e visibilidade, acumulando mais tempo de atividade

no legislativo. De outro lado, um perfil mais jovem, com menos experiência, com cargos menores dentro da escala de prestígio e, portanto, menos socializado na atividade política. Assim, coloca-se os casos de modo distante considerando o grau de especialização na atividade política.

Quanto às características sociais, há significativas diferenças entre os dois. Rubens Berardo era empresário, sem formação acadêmica, enquanto Laerte Ramos Vieira possuía duas formações (economia e direito) e pós-graduação (Fundação Getúlio Vargas 2021). Ambos eram brancos e não foram encontradas informações sobre possíveis laços familiares ou sociais entre a elite política. A comparação destes casos aponta para diferenças consideráveis na biografia de cada indivíduo e esse parâmetro se mantém quando comparados os quatro casos de cada extremidade.

Aqueles que ocupam a referência zero da dimensão, que são os chamados centroides (0,0), são ponderados como o perfil médio da dispersão. Nesta investigação dois casos habitam a posição 0,0, que são os parlamentares Zany Gonzaga (Arena) e Alcir de Melo Pimenta (MDB). Os dois casos aproximam-se pela formação educacional (ambos eram diplomados) e pelo momento de iniciação na atividade política. As características que sobressaem são o cargo inicial e os mandatos acumulados durante a carreira. Zany chegou à CD com onze anos de experiência, sendo eleito na legislatura de 1978, já Alcir teve seu primeiro mandato como DF em 1970.

Relacionando as características dos dois casos que ocupam o centroide é possível definir o perfil médio de político profissional como: homem, branco, com idade entre 40 e 80 anos, com formação universitária, sem filiação partidária anterior ao bipartidarismo e sem vínculos familiares entre a elite política. A experiência prévia, como divergiu bastante, não foi computada como uma das variáveis que melhor definem esses casos.

Como uma das principais características e funções da ACM é a representação gráfica da distribuição dos casos, o gráfico de dispersão (Gráfico 1) foi incorporado nesta análise. No gráfico, entreve-se pontos dispersos entre os eixos (1 e

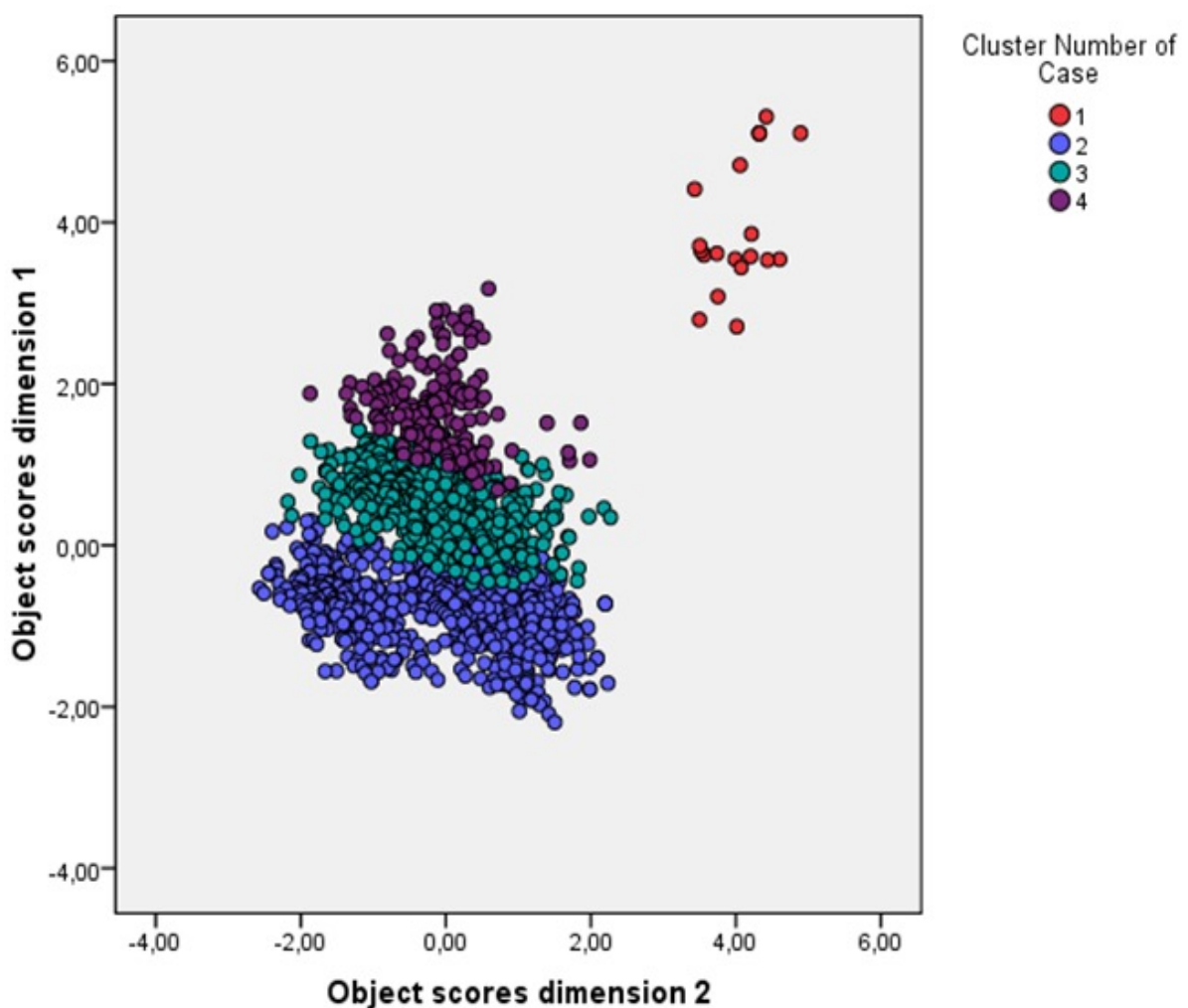
Grupo 2	878	51,6	51,6
Grupo 3	626	36,8	36,8
Grupo 4	179	10,5	10,5

Fonte: Elaborada pela autora.

A identificação dos quatro *clusters* são separados por cores, como apresenta o Gráfico 2. Os grupos adjacentes do centroide são aqueles marcados em verde e roxo (cluster 3 e 4) e o perfil

médio apresenta as características já descritas na seção anterior. O que indica, nessa primeira leitura, que o perfil médio é um ponto de referência relevante na formação dos grupos 3 e 4.

Gráfico 2 - Gráfico de dispersão dos quatro cluster



Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 1 estão dispostos os quatro perfis de políticos profissionais identificados, com suas

respectivas características e categorias.

QUADRO 1 - OS QUATRO PERFIS DE POLÍTICOS PROFISSIONAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1967-1982)

Características	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
Nº casos	20	878	626	179
Idade	50-80	40-50, 50-80	Todas	40-50 e 50-80
Cor/etnia	Branco e pardo	Branco e pardo	Branco, pardo e negro	Branco pardo e negro
Sexo	Homens	Homens e mulheres	Homens e mulheres	Homens e mulheres
Região	Norte e nordeste	Nordeste, sul, sudeste, centro-oeste	Nordeste, sudeste, norte	Sul, Sudeste e nordeste
Formação superior	Possui	Possui	Possui	Possui
Mais de um diploma	Não possui	Não possui	Possui	Não possui
Pós-especialização	Não possui	Possui	Não possui	Não possui
Profissão	Militar, igreja e engenheiro	Advogado, engenheiro, médico e outras ocupações de nível superior	Grande empresário. Engenheiro, médico, advogado, Ocupações médias.	Advogado, ocupações médias, outras ocupações de nível superior
Cargos Inicial	Governador/Senador	Dep. Estadual, Adm. estadual, municipal, federal, Vereador e Prefeito	Deputado Federal e Deputado Estadual	Deputado Federal
Idade Inicial	40-50 e 50-80	20-30, 30-40 e 40-50	30-40 e 40-50	40-50 e 50-80
Partido	Arena e MDB	Arena e MDB	Arena e MDB	Arena e MDB
Cargos ocupados	Governador/Senador	Deputado Estadual, Adm. estadual, municipal, federal, Vereador e Prefeito	Deputado Federal, sem carreira	Deputado Federal, sem carreira
Mandatos na Câmara dos Deputados	Zero	De 1 a 8 mandatos	De 1 a 8 mandatos	De 1 a 5 mandatos

Fonte: Elaborado pela autora

A forma como se deu a divisão dos perfis ficou pautada nas diferenças em relação à carreira política de cada caso. O modo como eles iniciaram e atuaram antes de chegar à cadeira parlamentar foi o elemento que representou maior inferência sobre a divisão dos clusters. Dessa forma, para facilitar a leitura, cada perfil foi nomeado de acordo com a categoria que mais representou destaque na formação dos *clusters*, que foi a variável "cargos até".

Em relação aos dados sociológicos, esses pouco influenciaram no perfil dos parlamentares. No

entanto, isso não significa que a falta de influência sobre o resultado caracterize que ser homem ou mulher, branco ou negro, com diploma ou sem diploma, não interfira no perfil, pelo contrário, sugere que essa "homogeneidade" de características preponderantes assegurou mais um traço que atravessa gerações: a desigualdade de representação de negros e mulheres na política.

Somente doze mulheres e quatorze negros fizeram parte do quadro de representação legislativa no bipartidarismo. A morfologia social da Câmara dos Deputados pouco se alterou ao

longo dos 14 anos analisados, indo ao encontro dos achados de Santos (1999) que indicam que alterações substantivas na elite parlamentar só puderam ser percebidas no período de redemocratização, quando há uma maior circulação de deputados e deputadas.

Considerações finais

Embora a categoria de político profissional esteja relacionada diretamente com a democracia, a peculiaridade da história política brasileira — que contou com 21 anos de autoritarismo ao mesmo tempo em que manteve espaços e ferramentas democráticas — proporcionou a continuidade das atividades políticas, garantindo que diferentes indivíduos pudessem atuar de forma profissional na política, percorrendo cargos e posições institucionais para assegurar a manutenção da carreira.

Da análise dos resultados ressalta-se a possibilidade de resposta à questão de pesquisa lançada pelo estudo (analisando a carreira política e o *background* social dos parlamentares que atuaram durante o bipartidarismo (1967-1982) é possível identificar o perfil (ou perfis) do político profissional que atuou sob o regime autoritário?) considerando que foi possível reconhecer um perfil geral e a existência de quatro perfis identificados pela ACM e análise de conglomerado.

O perfil geral dos parlamentares está bastante alinhado aos pressupostos dominantes da literatura de elites políticas, que define esses indivíduos como: homens, brancos e com alto nível de escolaridade. Eram uma massa dominante de homens que ingressavam na política após poucos anos de dedicação à atividade profissional de origem, chegando ao mandato legislativo durante a ditadura e com média de idade entre 40 e 50 anos.

Em relação aos quatro perfis identificados, esses conseguiram expressar as diferentes fisionomias daqueles que compuseram o quadro de políticos atuantes na Câmara dos Deputados. Eram diferentes grupos que se aproximavam em relação a suas características sociológicas e se diferenciavam em relação aos caminhos e traços tomados em suas carreiras.

Não houve diferença e alterações ao longo das quatro legislaturas, muito menos essas mudanças puderam ser sentidas em relação à filiação partidária dos parlamentares. Dessa forma, dentro dos limites desta investigação, sugestiona-se que o tempo de existência do bipartidarismo não reproduziu alterações significativas, a curto prazo, nas características biográficas dos parlamentares, como também, não introduziu grandes alterações entre aqueles que eram filiados à Arena e ao MDB. A cada troca de mandato, cada eleição e cada legislatura, resultava na continuidade de um modelo e quadro político já existente, que ultrapassou as interferências militares para sua perpetuação.

Referências

- Alcântara, Manuel. 2016. *A profissionalização política*. Paraná: COP-PPGCP/UFPR.
- Azevedo, Débora Bithia, e Rabat, Mario. 2012. *Parlamento Mutilado: Deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.
- Baaklini, Abdo. 1993. *O Congresso e o sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bertoncelo, Edson Ricardo. 2016. "O uso da Análise de correspondência múltipla nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos". Artigo apresentado no 40º encontro da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2016.
- Borchet, Jens, e Zeiss Jürgen. 2003. *The political class in advanced democracies, a comparative handbook*. Estados Unidos: Oxford University press.
- Brasil. 1964. "Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964". *Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Bringhenti, Taiane. 2017. "Os Ex-libertadores no contexto bipartidário: Arena ou MDB. Análise a partir do estado do Rio Grande do Sul. Montevidéo". Artigo apresentado no 9º congresso latino-americano de Ciência Política, Montevidéo, outubro de 2017.
- Bringhenti, Taiane. 2019. "Profissionalização política e regime autoritário: Perfil social e carreira dos deputados federais na ditadura (1967-1982)". Dissertação de Mestrado, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Carvalho, Alessandra. 2008. "Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGSA.

Cardoso, Fernando Henrique. 1973. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University press.

Costa, Luís Domingos e Codato, Adriano. 2011. "A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: Um estudo do perfil socioprofissional dos deputados federais (1998-2010)". Artigo apresentado no 40º encontro da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2011.

Di Martino, Maila. 2009. "A política como profissão: uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)". Tese de doutorado, Universidade do estado de São Paulo.

Duval, Julian. 2018. *Multiple Correspondence Analysis*. Politika: Tepsis-EHESS.

Dreifuss, René Armand. 1981. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes.

Fico, Carlos. 2001. "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas". *Revista Tempo e Argumento* 9: 5-74. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>.

Fico, Carlos. 2004. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História* 24 (47): 29-60 <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

Figueiredo, Argelina Cheibud. 1993. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política 1961-1964*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Filho, João Roberto Martins. 1994. *Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático e ditadura militar!* Curitiba: Sociologia e política.

Fundação Getúlio Vargas. FGV. 2021. *Acervo Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbetes. São Paulo: CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Grinberg, Lucia. 2009. *Partido Político ou bode expiatório? Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Kinzo, Maria D'alva. 1986. *Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice.

Kinzo, Maria D'alva. 2004. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19 (54): 23-40 <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>.

Lamounier, Bolivar. 1988. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Madeira, Rafael. 2002. "Arena ou Arenas? A coesão partidária do partido do regime em três estados brasileiros". Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Massia, Leandro Pribernow. 2010. "A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros 1994-2010". Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas.

Miguel, Luís Felipe. 2003. "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro". *Revista de Sociologia Política* no. 20: 115-134. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>

Moisés, José Álvaro. 1995. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática.

Nery, Sebastião. 1975. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. São Paulo: Francisco Alves.

O'Donnell, Guillermo. 1985. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice.

Pojo, Antônio Carlos. 1988. "O congresso Brasileiro e o regime autoritário". *Revista de Informação Legislativa* 25: 67-84. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181882>

Rodrigues, Leôncio. 2009. *Fontes secundárias de recrutamento político*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Rodrigues, Leôncio. 2009. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Rollemberg, Denise. 2006. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Sá Motta, Rodrigo Patto. 1996. "A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior". *Revista de sociologia política* 1: 201-2012.

Sallun, Brasília. 1996. *Federação, autoritarismo e democratização*. São Paulo: Tempo Social.

Santos, André Marengo. 2000. "Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros 1946-1998". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Santos, Fabiano. 1999. "Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999". Em *Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Konrad Adenauer.

Santos, Wanderley Guilherme. 1973. *Paralisia de decisão e comportamento legislativo a experiência brasileira 1959 1966*. Decisão e comportamento legislativo. São Paulo: ERA - Revista de Administração de Empresas.

Velasco, Sebastião, e Cruz, Carlos Estevam Martins. 2008. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"". In *Sociedade política no Brasil pós-61*, 8-90. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Taiane Fabiele Bringenti

Mestre em Ciências Sociais e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil.